

Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento

From old age to third age: the historical course of the identities linked to the process of ageing

Luna Rodrigues Freitas Silva

Psicóloga
Rua Coelho Neto, 60/501
22231-110 Rio de Janeiro – RJ – Brasil
lunarodrigues@yahoo.com.br

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

Este artigo trata do surgimento histórico das noções de velhice e terceira idade como categorias identitárias atreladas ao processo de envelhecimento. A origem de tais noções está na combinação complexa de fatores como saberes médicos e sociais, agentes de gestão, movimentos políticos e interesses econômicos. Como velhice e terceira idade são identidades etárias historicamente determinadas, analisam-se os fatores que determinaram sua ascensão e sua legitimação. A velhice surge como categoria etária quando o corpo velho é tomado como objeto de estudo e quando os sistemas de aposentadoria são implementados. A terceira idade aparece como categoria etária com a especialização dos agentes de gestão do envelhecimento, o discurso reivindicador da gerontologia social e os interesses da cultura do consumo. Essas categorias são postas em campo para identificar, definir e, mais recentemente, transformar o processo de envelhecimento contemporâneo.

Palavras-chave: identidade etária; envelhecimento; terceira idade.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. From old age to third age: the historical course of the identities linked to the process of ageing. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, Jan.-Mar. 2008.

This article discusses the historical emergence of notions of old age and third age as identity categories linked to the process of ageing. Their emergence can be understood as a result of a complex combination of factors such as medical and social knowledge, management agents, political movements and economic interests. By taking old age and third age as historically determined age identities, we seek to trace out the formation of these identities the article analyzes the factors that determined their emergence and how they have grown and gained legitimacy. As an age category, 'old age' has its roots mainly in medical knowledge specialized in the study of the aged body, and the appearance of retirement. The 'third age' age category derives mainly from the specialization of the agents of management for ageing, the advocatory discourse of social gerontology and the interests of the consumer culture. These are the categories that are currently available to identify, define and, more recently, transform the process of contemporary ageing.

Keywords: age identity; ageing; third age.

Recebido para publicação em setembro de 2006. • Aprovado para publicação em setembro de 2007.

O acentuado envelhecimento da população é um tema que vem recebendo destaque em diversos campos da cultura, gera debates e produz tanto inovações quanto desafios, no que se refere à gestão coletiva dos ‘problemas’ sociais. No campo dos estudos acadêmicos sobre a velhice, esforços têm sido empreendidos com o intuito de analisar, problematizar e propor novas formas de compreensão do envelhecimento. Esses esforços procedem das mais diversas disciplinas, como medicina, psicologia, sociologia e antropologia, sem deixar de mencionar a emergência de mais uma disciplina que almeja a integração dos discursos especializados: a gerontologia.

Ao observar as manifestações culturais daqueles que envelhecem na contemporaneidade, identificamos mudanças significativas de hábitos, imagens, crenças e termos utilizados para caracterizar esse período da vida. Além das tradicionais representações que atrelam os momentos mais tardios da vida ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que associam o processo de envelhecimento a atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos. O espectro de descrições possíveis para o envelhecimento ampliou-se tanto que à ‘velhice’, tal como a conhecemos, se somou a ‘terceira idade’ e uma série de características inéditas que a acompanham.

A necessidade de compreender essa transformação que marca o envelhecimento contemporâneo nos estimula a refletir acerca das categorias identitárias e dos termos postos em campo para descrever esse processo. Para tanto, procuro traçar o percurso histórico das noções de velhice e de terceira idade e, desse modo, apreender os fatores que as originaram e as características que, atualmente, respondem pela sua definição. Para recuperar a origem dessas noções privilegio os estudos oriundos da sociologia e antropologia, de modo a enfatizar os aspectos discursivos e imaginários envolvidos em suas delimitações. Dessa perspectiva, o surgimento da velhice e da terceira idade pode ser entendido como resultante de um processo complexo, que envolve a convergência de discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos e disciplinas especializadas. A análise da formação dessas noções nos põe diante de teias intrincadas que unem saberes médicos, agentes de gestão e especialistas. Além disso, as novas identidades etárias não só fazem parte de nosso imaginário, como, em muitos aspectos, delimitam as possíveis descrições que fazemos de nós mesmos e de nossas vidas.

Categorias etárias e modernidade

O surgimento de categorias etárias relaciona-se intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna. De acordo com Hareven (1995), até o início do século XIX fatores demográficos, sociais e culturais combinavam-se de tal modo que as sociedades pré-industriais não procediam à separação nítida ou a especializações funcionais para cada idade. A diversidade de idades entre as crianças de uma mesma família, a ausência da regulamentação de um tempo específico para o trabalho e a coabitação de famílias extensas são apenas alguns dos fatores que, em conjunto, não favoreciam a fragmentação do curso da vida em etapas determinadas.

A partir do século XIX surgem, gradativamente, diferenciações entre as idades e especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário. Têm início a segmentação do curso da vida em estágios mais formais, as transições rígidas e uniformes de

um estágio a outro e a separação espacial dos vários grupos etários. Desse modo, o reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como infância e adolescência –, quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social.

Segue na mesma direção a obra do historiador Philippe Ariès (1978) acerca do surgimento da categoria ‘infância’. Esse trabalho é considerado paradigmático no campo dos estudos sobre o envelhecimento, visto ser um dos mais difundidos exemplos de estudo histórico sobre a construção social de uma etapa da vida. Segundo Ariès, a idéia de infância como período distinto da idade adulta, com suas particularidades, seus espaços, seus hábitos e comportamentos determinados, resulta de transformações na esfera familiar e da distinção entre os espaços público e privado, que culminaram em novas relações de intimidade e privacidade na família. Tal perspectiva, que atrela o surgimento da categoria infância ao da família moderna, inspira os estudos históricos sobre outras categorias etárias, como a velhice.

A estabilização das categorias etárias deu-se ao longo do século XIX, de modo que, no século XX, pôde-se observar maior uniformidade no interior dos grupos etários, marcação razoavelmente precisa da transição entre diferentes idades e institucionalização de ritos de passagem, como o ingresso na escola e na universidade e a aposentadoria (Hareven, 1995). Essa estabilização favoreceu a formação de identidades etárias que passaram a definir, por meio de características de conduta, crenças, hábitos corporais e ideais de satisfação, a experiência de ‘habitar’ cada uma dessas etapas da vida. De fato, ser criança, adolescente ou adulto constitui grande parte da identidade dos sujeitos modernos. A crescente institucionalização das etapas da vida e o processo de identificação dos sujeitos com as categorias etárias atingiram praticamente todas as esferas da vida social, fazendo-se presentes no espaço familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade.

Neste artigo, enfoco os aspectos que propiciaram o surgimento discursivo e imaginário da noção de velhice. Fatores como o próprio envelhecimento populacional e o crescimento demográfico, a despeito de sua inegável relevância, não serão abordados.¹

O surgimento da velhice: senescência e improdutividade

Adoto como hipótese, neste artigo, a suposição que articula o surgimento da velhice ao processo de modernização das sociedades ocidentais. Ela está presente em muitos estudos (Blaikie, 1999; Debert, 1999; Katz, 1995, 1996) que indicam que as transformações históricas inerentes ao processo de modernização não só atingiram a periodização da vida, a diferenciação entre as suas etapas e a sensibilidade que passou a caracterizar cada uma delas, como também, e fundamentalmente, provocaram a própria compreensão do curso da vida como uma instituição social relevante (Debert, 1999). Defendem também esses estudos que provavelmente teria ocorrido uma transição de uma cultura cuja forma de organização não designava função relevante à idade cronológica, para outra em que a idade passou a ser um fator fundamental para a distinção social, destacando-se como categoria e como modelo de identidade para os sujeitos. Similarmente, Katz (1995, 1996), autor que se baseia na conceituação foucaultiana de sociedade disciplinar, supõe que a história da velhice se relaciona intimamente com a história

do curso moderno de vida. Para Katz a velhice surge como produção discursiva a partir da inserção dos sujeitos na série moderna de disciplinamento, sendo sobretudo resultado do investimento do discurso médico sobre o corpo envelhecido.

A noção de velhice como etapa diferenciada da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Dois fatores se destacam como fundamentais e determinantes: a formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias.

A geriatria e a gerontologia foram os saberes emergentes que se debruçaram, respectivamente, sobre o corpo velho e sobre os aspectos sociais da velhice, determinando em grande parte o estabelecimento desta como categoria social. A geriatria só viria a se firmar como saber científico e especialidade médica no século XX, mas Katz (1995) identifica um saber pré-geriátrico que ele classifica como 'discurso sobre a senescência'. Remontando às transformações ocorridas na medicina nos séculos XVIII e XIX, descritas por Foucault (1998) em *O nascimento da clínica*, Katz indica o aparecimento de uma forma de compreender a doença que toma o corpo como alvo do olhar médico e como sede das transformações que caracterizam a patologia. O resultado é a determinação do corpo envelhecido.

A partir de então, a medicina moderna reconstrói o corpo com base na anatomia patológica, buscando o micronível dos tecidos e das células para explicar o processo de degeneração do corpo. Gradualmente a velhice passa a ser entendida como um estado fisiológico específico, cujas principais características se agrupam sob o signo da senescência. Os trabalhos de Jean-Martin Charcot (1825–1893), François Broussais (1772–1838) e, especialmente, Marie François Xavier Bichat (1771–1802) seriam representativos desse discurso que determinou o reconhecimento do corpo envelhecido, sua identificação com um corpo em decomposição e o consenso de que a definição dessas características é tarefa própria do olhar e do saber médicos.

O discurso sobre a senescência desbancou as concepções renascentistas acerca da morte, dos limites da longevidade e da velhice. A morte era entendida como um obstáculo a ser superado e a longevidade, principalmente nos casos excepcionais de centenários, como um evento tanto fantástico e mágico quanto revelador da racionalidade própria do corpo humano. A velhice, a longevidade e a morte eram estudadas a partir de questionamentos médico-filosóficos. A partir do surgimento da medicina moderna, tende-se a estudar a velhice e o processo de envelhecimento como problemas clínicos, certezas biológicas e processos invariáveis. A morte passou a ser vista, então, como resultado de doenças específicas da velhice; a longevidade possui limites biológicos insuperáveis; a velhice é a etapa necessária da vida na qual o corpo se degenera.

Tal discurso sobre a senescência deu origem à geriatria, o saber médico que tem o corpo velho como objeto específico de estudo. A disciplina surgiu por volta de 1910, com o trabalho do médico norte-americano Ignatz Nascher, o primeiro fisiologista a estabelecer as bases clínicas para a identificação da velhice. Por meio da observação do corpo dos velhos, Nascher formulou as características biológicas da velhice – a degeneração do corpo –, conceituou o tratamento médico a ser dispensado aos velhos e introduziu na literatura médica o termo geriatria (Hareven, 1995). A diferenciação científica entre a velhice e as outras etapas da vida estava, então, realizada; era possível identificá-la por meio do saber médico.

A geriatria não só distingue a velhice das outras etapas da vida, mas também a define como decadência física. Laslett (1991) destaca a importância e a pregnância, em termos de imaginário cultural, da metáfora médica da velhice, cuja principal consequência foi produzir a identificação entre velhice e doença. O discurso geriátrico atual empreendeu uma tentativa de desfazer essa associação definitivamente, mas Laslett sugere que esse processo é controverso e acaba encontrando resistências no próprio modo de funcionamento do saber médico. Citando um caso específico, o autor sugere que permanece em debate a definição de Alzheimer, que para alguns autores seria uma doença degenerativa que acomete o cérebro de velhos e, para outros, seria o próprio processo de degeneração, portanto de envelhecimento, do cérebro.

Desde o seu surgimento, a metáfora médica da velhice passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente o envelhecimento físico como também as representações sobre a experiência de envelhecer. A aceitação e a justificação de tal metáfora incidiram sobre a percepção dos sujeitos, que passaram a recorrer ao discurso médico para definir a si mesmos e a sua experiência. De fato, a definição médica da velhice disseminou-se para outros campos de saber e determinou amplamente o seu espectro no imaginário cultural, alimentando os discursos do Estado, a formulação de políticas assistenciais e a formação de outras disciplinas como a gerontologia.

O surgimento da gerontologia como disciplina especializada é mais complexo e difuso do que o da geriatria.² Segundo Katz (1996), o termo teria sido cunhado em 1913 por Elie Metchnikoff, um médico discípulo de Charcot, mas se limitava ao campo das intervenções médicas que prolongassem a vida. Ao longo do século XX, os saberes populares, a demografia e as ciências sociais contribuíram para estabelecer a gerontologia como disciplina científica e para configurá-la como área de saber multidisciplinar. Também colaboraram para sua formação a sociologia e a psicologia, ao direcionar o olhar especializado para os chamados aspectos psicossociais da velhice. Além do corpo envelhecido, objeto da geriatria, os hábitos, as práticas, as necessidades sociais e psicológicas dos velhos seriam agora alvo de um saber especializado, que incluía novos aspectos em sua definição e tornava mais complexa a categoria velhice.

A ampliação do olhar das disciplinas especializadas sobre a velhice também se relaciona com o processo de institucionalização da aposentadoria, o segundo fator que destaco como fundamental para o surgimento dessa categoria. Fruto do processo de industrialização, a criação de pensões foi uma resposta às modificações e aos problemas surgidos ao longo dos séculos XIX e XX. Com base no contexto francês, Lenoir (mars-avr. 1979) realiza minuciosa análise do impacto gerado pela institucionalização das aposentadorias e pelo conseqüente aparecimento de agentes de gestão, na definição da velhice como categoria etária diferenciada e, posteriormente, na definição da terceira idade. No decorrer da segunda metade do século XIX, a velhice começou a ser objeto do discurso de legisladores sociais, dando ensejo à criação de instituições específicas, como as caixas de aposentadoria para a velhice, e à especialização progressiva de determinados hospícios em asilo para velhos.

Ainda que os primeiros sistemas de aposentadoria tenham sido criados a partir do século XVIII – especificamente os de funcionários civis e militares –, a questão das pensões não constituía tema de interesse coletivo até que as primeiras gerações de operários começaram a envelhecer. As primeiras discussões políticas sobre a criação da Caisse Nationale francesa datam de 1850, quando surgiram dúvidas sobre o tratamento a ser dispensado aos incapazes de

trabalhar e garantir o próprio sustento. A velhice dos trabalhadores foi assimilada à invalidez, ou seja, à incapacidade de produzir. Desse ponto de vista, a velhice passava a ser confundida com todas as formas de invalidez que atingiam a classe trabalhadora, passando a ser utilizada para identificar todos aqueles que, ao fim de sua vida, não estão mais aptos para o trabalho. Essa lógica que atrela velhice e invalidez inspirou a criação dos sistemas de aposentadoria pelos chefes de empresa. Trata-se do estabelecimento de estratégias que visam assegurar aos patrões a manutenção da disciplina e da rentabilidade dos trabalhadores.

Os sistemas de aposentadoria surgiram como parte de um espectro mais amplo de preocupações que tomavam conta do cenário francês desde a segunda metade do século XIX e que diziam respeito à contenção do ‘perigo social’ representado pela massa de trabalhadores. As caixas de aposentadoria e os sistemas de seguro incluem-se na estratégia formulada pela política francesa cujo propósito era responder ao que era considerado o grande problema social da época. Ainda assim, Lenoir (mars-avr. 1979) destaca que o nascimento desses sistemas de proteção social não deve ser atribuído somente aos interesses capitalistas dos patrões, visto que a movimentação política de certos setores dos trabalhadores e as disputas de legitimidade entre as classes dominantes – burguesia industrial e aristocracia conservadora – também influenciaram o debate.³

As conseqüências da institucionalização dos sistemas de aposentadoria foram a criação de agentes especializados na gestão da velhice; a transferência da responsabilidade das famílias para esses novos agentes; e a consolidação da velhice como categoria etária. Mas outra conseqüência foi fundamental para a definição da emergente identidade etária da velhice: a associação inequívoca entre velhice e invalidez. De fato, em um momento no qual a capacidade e a posição do indivíduo no trabalho delimitam muito sua identidade, ser aposentado é ser efetivamente inválido, incapaz e ocioso. Tem início então uma associação entre velhice e incapacidade que só recentemente vem sendo desfeita.

Laslett (1991) destaca a proximidade entre as imagens relacionadas à velhice, surgidas em diferentes campos no início do século XX, e a explica pela apropriação da metáfora médica por parte de legisladores e formuladores de políticas assistenciais. As campanhas pelos direitos à aposentadoria utilizaram intensamente as definições depreciativas da velhice oriundas do discurso geriátrico, tomando-as como estratégia para reivindicar a instalação de políticas de atenção à velhice. O discurso gerontológico também estava implicado com o processo de institucionalização das aposentadorias e contribuiu para a ampliação do debate sobre os direitos dos aposentados com a inclusão de aspectos sociais, psicológicos e culturais no rol das reivindicações políticas.

Ainda que a identidade entre velhice e invalidez seja a conseqüência da institucionalização das aposentadorias que mais se solidificou no imaginário cultural, seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política. O aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito de direito, detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria. A invalidez pode ser uma característica pejorativa e estigmatizante, mas ao mesmo tempo dá ensejo a um novo posicionamento subjetivo para a velhice. Katz (1996) aponta essa duplicidade trazida pela aposentadoria: “Se o movimento em torno das pensões/aposentadorias diferenciou o velho como especial, carente, dependente e improdutivo, ele também politizou essa parcela da população, criando uma posição de subjetividade radical, desde a qual uma pessoa pode exigir seus direitos sob o *status* do idoso” (p.67).⁴

Ao estabelecimento da velhice como categoria social, marcada pelos signos da degeneração física e da invalidez como também pela legitimidade conferida por direitos específicos, seguiu-se um período no qual a sua importância social cresce consideravelmente. Groisman (1999) e Debert (1999) destacam as décadas de 60 e 70 como o segundo período mais marcante para a história da velhice, quando esta passa a ser um problema coletivo e adquire visibilidade social. Tal fato é explicado, pelo discurso gerontológico, como resultado direto do aumento demográfico da população de velhos. Porém, ainda que tal aumento seja, sem dúvida, um dado importante na história da velhice, não explica totalmente a caracterização desta como problema socialmente relevante.

Debert (1999) chama esse processo de ‘socialização do envelhecimento’ e considera a contribuição de outros fatores para a construção da velhice como problema social. A institucionalização generalizada das aposentadorias e, principalmente, as consequências econômicas que a ela se seguiram são consideradas elementos fundamentais para a transformação da velhice em questão coletiva. A universalização dos sistemas de aposentadoria incidiu sobre a estrutura das empresas privadas, das famílias e, sobretudo, do Estado, que passou a se responsabilizar por um contingente muito maior de sujeitos.⁵

Lenoir (mars-avr. 1979) identifica a generalização dos sistemas de aposentadoria como o fator responsável pela modificação dos regimes de cuidado da velhice na França, entre 1945 e 1960. Aparecem então novas instituições, promovendo a distinção entre aquelas especializadas na gestão da velhice e as dirigidas ao cuidado da indigência. O sistema hospitalar, a seguridade social e a assistência passam a adotar regulamentos e serviços específicos de atenção à velhice, separando-os espacial e legalmente do cuidado destinado à miséria. Tal processo de distinção entre velhice e indigência aprofunda a autonomia da primeira, que se estabelecera até então de forma fragmentada. Por outro lado, a organização e a unificação dos discursos especializados se confundem com a aparição, por volta da década de 60, da noção de terceira idade.

O surgimento da terceira idade: especialização, engajamento e consumo

O surgimento da categoria ‘terceira idade’ é considerado, pela literatura especializada, uma das maiores transformações por que passou a história da velhice. De fato, a modificação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família.

Há poucos estudos históricos sobre o surgimento da categoria terceira idade, especialmente quando os comparamos à bibliografia acerca da história da categoria velhice. O surgimento recente daquela noção – que aparece nos cenários francês e inglês por volta de 1950 mas é legitimada somente na década de 80 – pode justificar a ausência de estudos mais sistemáticos sobre a sua formação e as suas condições históricas de possibilidade. Ainda assim é possível identificar alguns fatores que se relacionam com o surgimento dessa categoria e representam influências, favorecimentos ou tendências que acompanham a sua formação.

Laslett (1991) considera o aumento da longevidade e qualidade de vida – resultantes do avanço das tecnologias médicas – e o surgimento das aposentadorias como os dois principais fatores que, em conjunto, garantem o ingresso dos sujeitos na terceira idade. No entanto, se a nossa intenção se dirige ao entendimento da terceira idade como uma categoria social historicamente construída, cuja inserção no espaço público dá ensejo a novas formações identitárias, parece necessário identificar os fatores que permitiram, influenciaram ou favoreceram sua origem e sua legitimidade no imaginário cultural. Destaco como hipótese para o surgimento da terceira idade a generalização e a reorganização dos sistemas de aposentadoria, a substituição dos termos de tratamento da velhice, o discurso da gerontologia social e os interesses da cultura do consumo.

Ao analisar especificamente o cenário francês, Lenoir (mars-avr. 1979) tributa à nova organização dos agentes de gestão da velhice o surgimento da noção de terceira idade. Como dito anteriormente, até a metade do século XX as instituições e os discursos destinados ao cuidado da velhice encontravam-se fragmentados e desorganizados. No período que tem início por volta de 1945 e culmina na década de 60, discursos e práticas que tomam a velhice como objeto passam por aperfeiçoamento e unificação, com a elaboração de uma ‘política da velhice’, o desenvolvimento da gerontologia e a aparição da noção de terceira idade. Os sistemas de aposentadoria se estendem a todas as classes de trabalhadores, reorganizando os agentes de gestão da velhice, o que corresponde à ampliação do tema como problema social e à substituição gradativa de assistência e asilo pelas caixas de aposentadoria e pelos centros de geriatria. A associação entre velhice e indigência é desfeita e surge uma nova categoria, a ‘terceira idade’.

Para Lenoir (mars-avr. 1979), a terceira idade é antes uma nova categoria etária entre a maturidade e a velhice, do que uma negação desta. A autonomia da nova categoria torna-se visível por meio dos pares de opostos que surgem no espaço social durante a reorganização dos agentes especializados: terceira idade em contraposição à velhice, aposentadoria ativa em contraposição à aposentadoria passiva, casa de repouso em contraposição a asilo, gerontologia em contraposição à assistência social. No entanto essa nova representação não teria se difundido como identidade etária se sua capacidade descritiva não encontrasse correspondência nos anseios e nas demandas que surgiam no cotidiano dos sujeitos. Também durante as décadas de 1960 e 1970, as camadas médias urbanas começaram a adentrar no universo da aposentadoria, visto que sua inserção nas cadeias produtivas realizou-se posteriormente à inserção, nestas, dos trabalhadores menos qualificados. Esse grupo social possuía hábitos sociais e culturais diferenciados, aspirações e necessidades de consumo mais sofisticadas, que passaram a ser atendidas por novas agências especializadas. Com o objetivo de arregimentar clientela, as caixas de aposentadoria passaram a oferecer, além de vantagens financeiras, serviços diferenciados como clubes, férias programadas, alojamentos especiais, atividades de lazer e grupos de convivência.

Para que houvesse consonância entre as demandas crescentes e as ofertas dos serviços especializados, requisitou-se o conhecimento de especialistas de ciências humanas que pudessem identificar e descrever com mais precisão as condições de vida e os desejos desses sujeitos. As necessidades psicológicas e culturais passaram a ganhar destaque, estimulando o surgimento das universidades e dos espaços de convivência específicos para a terceira idade.⁶ Tais especialistas contribuíram para a consolidação de um estilo de vida específico, baseado

em um repertório de condutas e em uma linguagem inéditos que influíram na formação da nova identidade etária.

A relação entre o surgimento da noção de terceira idade e as classes médias é especificamente analisada por Lenoir (mars-avr. 1979), que considera haver uma identidade nada casual entre as principais características desse grupo e as imagens que compõe a identidade da terceira idade. As classes médias acumulam fatores que aceleram o envelhecimento de seus membros: estão, mais do que qualquer outro grupo social, predispostas a recorrer ao conhecimento e à intervenção de especialistas; e cultivam o individualismo e a intimidade psicológica que favorecem o investimento dos sujeitos em identidades específicas. Essas características fazem dela o grupo da população mais 'interessado' na invenção da terceira idade.

A designação 'velho' não é mais adequada para nomear esses 'jovens senhores' e seu novo estilo de vida. Surge, desse modo, a denominação 'idoso', mais respeitosa e distintiva das camadas médias. Peixoto (1998) analisa a passagem do uso de 'velho' para 'idoso', tanto na França como no Brasil, e mostra a transformação do uso público das expressões relacionadas ao envelhecimento. O termo 'velho' estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo sobretudo os velhos pobres. A partir da década de 60 o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por 'idoso', menos estereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo 'terceira idade' que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeitados aposentados. Parece claro a contribuição decisiva dessa nova denominação para criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice.⁷

Ao comentar o cenário brasileiro, Peixoto (1998) argumenta que a introdução da noção de terceira idade representa uma importação das denominações adotadas pelas políticas públicas francesas, sendo o termo 'velho' gradativamente substituído por 'idoso' nos documentos oficiais. Entretanto as ambigüidades próprias à nossa realidade fizeram com que certas imagens ganhassem sentidos mais sutis, tanto que o termo 'velho' parece se manter e é comumente utilizado para designar pessoas velhas de classes populares, enquanto 'idoso', mais respeitoso, é utilizado para aqueles de camadas médias e superiores.

Além da generalização das aposentadorias e da substituição dos termos de tratamento da velhice, dois outros fatores se destacam como fundamentais para o surgimento da categoria terceira idade: o discurso engajado da gerontologia social e a cultura do consumo, cuja interconexão é analisada por Featherstone e Hepworth (1995). Os autores identificam os mesmos temas que compõem o discurso especializado e acadêmico da gerontologia social nas imagens da velhice que aparecem nos meios ingleses de comunicação, sendo notável a proximidade entre as suposições sobre o 'envelhecimento positivo', presentes na mídia, e as reivindicações oficiais da gerontologia.⁸

Como dito anteriormente, a gerontologia cresce em importância a partir das exigências das políticas e das instituições de aposentadoria, e fundamenta seus principais pressupostos na metáfora médica da velhice, fornecida pela geriatria. As primeiras teorias sociais sobre o envelhecimento, formuladas nos momentos iniciais da gerontologia, tinham como objetivo

oferecer explicações e analisar a percepção negativa da velhice. A teoria do desengajamento consistia na suposição de que a incapacidade para o trabalho retira da velhice qualquer possibilidade de atividade social, o que conduziria os sujeitos a estados de solidão e exclusão. A teoria da atividade, por sua vez, supunha que um envelhecimento positivo poderia ser atingido se os sujeitos se mantivessem ativos, conservassem os mesmos hábitos da vida adulta e desempenhassem papéis sociais relevantes (Blaikie, 1999). Ambas as teorias foram posteriormente criticadas, mas interessa apontar o desenvolvimento da teoria da atividade, que deu ensejo, ainda que com muitas mudanças, às formulações mais recentes da gerontologia social.

Featherstone e Hepworth, (1995) sugerem que o argumento central da gerontologia social está fundamentado na compreensão do envelhecimento como uma construção social particularmente atrelada a uma imagem negativa, cuja alteração pode ceder espaço para uma imagem positiva do mesmo processo. Seguindo a teoria do construtivismo social, os gerontólogos passaram a advogar a desconstrução radical e o deslocamento das imagens negativas do envelhecimento, assim como a elaborar um imaginário positivo para a velhice. Para tanto seria necessário um novo discurso, suficientemente consistente, que pudesse desfazer a associação entre velhice e signos estigmatizantes como doença, desabilidade, 'desengajamento' e declínio.

Dois temas foram considerados fundamentais no processo de construção do envelhecimento positivo, constituindo-se como objetivos da literatura especializada: o ataque crítico à crença de que a velhice é essencialmente uma doença e a criação de uma nova identidade para a velhice. O primeiro deles significava, de fato, a desconstrução da metáfora médica formulada pelo saber geriátrico. Para a gerontologia social, o envelhecimento normal compreenderia uma série de processos biológicos que não resultam necessariamente em sérios prejuízos físicos ou mentais para os sujeitos. A partir dessa lógica, os problemas que aparecem na velhice podem ser atribuídos a patologias clínicas específicas, para as quais há ou haverá tratamento médico, como a doença de Alzheimer, e aos efeitos do próprio estigma da velhice, que poderiam ser superados por meio de políticas e programas de reinserção social, de educação e de sensibilização popular.

O segundo objetivo da gerontologia social foi a criação de uma nova e positiva identidade para a velhice, cuja elaboração compreendia formas de comportamento associadas a idades e ritos de passagem inovadores, ambos distantes da noção tradicional e estática de uma velhice homogênea e indiferenciada. Tal estratégia se compatibilizava com o principal argumento das teorias da construção social: se a identidade negativa da velhice é resultado de determinadas condições culturais, uma outra pode ser ativamente construída uma vez desfeita a antiga imagem da velhice. Essa identidade seria fruto da articulação entre diferentes práticas, hábitos, linguagens interpretados a partir de um ponto de vista específico. A gerontologia não só corrobora como passa a estimular a adoção do novo estilo de vida da terceira idade, divulgando os benefícios que seriam decorrentes do engajamento dos sujeitos nesse 'novo modo de envelhecer'.

A hipótese sobre a relação entre discurso gerontológico e noção de terceira idade poderia ser contraposta a uma série de estudos que indicam a adoção, por parte da gerontologia, das metáforas depreciativas da velhice como argumento para reivindicações políticas. Debert (1999)

entende esse impasse como um duplo movimento que estaria em curso no interior do discurso gerontológico: se, por um lado, a gerontologia denuncia a ‘conspiração do silêncio’ – maneira pela qual Simone de Beauvoir classificava a resposta social dada à velhice nas sociedades modernas, com o intuito de mobilizar a sociedade para a situação de abandono e estimular o cuidado à velhice –, por outro lado passa a divulgar a possibilidade concreta de ‘invenção’ de uma nova identidade a partir da simples adesão ao novo estilo de vida.

Houve diversos processos de troca, conexão e fertilização entre as imagens do envelhecimento reivindicadas pela gerontologia social e aquelas que circulavam na mídia devido a interesses econômicos. Featherstone e Hepworth (1995) observam semelhança considerável entre as imagens positivas da velhice veiculadas pela cultura do consumo e as imagens difundidas pela gerontologia. A tarefa de construção da ‘terceira idade’ ou do ‘envelhecimento positivo’ disseminou-se além do discurso profissional e acadêmico de uma disciplina especializada, tornando-se um tema de grande relevância nos meios de comunicação.

Para Featherstone e Hepworth (1995) a ‘indústria do envelhecimento’ – modo pelo qual Thomas Cole identifica a sensibilidade crescente dos agentes de *marketing* para o potencial dos novos mercados de meia-idade e idade avançada – é uma força importante por trás da emergência da noção de terceira idade. Até então esse grupo não dispunha de recursos financeiros suficientes para parecer atraente aos planejadores de estratégias de consumo. Desse modo, o grupo de sujeitos acima dos cinquenta anos era percebido como financeiramente incapaz, e a ele não se tributava o desejo de engajamento a um estilo de vida baseado em práticas de consumo, restrito aos mais jovens. O quadro começa a se alterar com o surgimento das primeiras gerações de aposentados da classe média, cujo potencial de consumo é rapidamente percebido pelos estrategistas de *marketing*. Aqueles que estão acima dos cinquenta anos passam a ser reconhecidos como o único grupo nas sociedades ocidentais com recursos financeiros disponíveis e ainda inexplorados, ou seja, não vinculados a hábitos específicos de consumo.

Esses desenvolvimentos estão intimamente relacionados à institucionalização do planejamento das aposentadorias, que sucedeu no Reino Unido a partir de 1950. Os interesses comerciais privados, sobretudo após 1980, aproveitaram-se do vácuo deixado pelas políticas públicas e exerceram notável influência na reconstrução de imagens positivas sobre o período de saída do trabalho. O reconhecimento e investimento dos agentes comerciais e financeiros ajudaram a delinear o novo contorno do que é a velhice, consolidando a conexão entre o planejamento da aposentadoria, a noção de terceira idade e a cultura do consumo. A conexão fica clara na estratégia de Jeff Ostroff, um *expert* norte-americano em *marketing*. Ostroff em define sua ação como *soft sell*, uma combinação de recomendações para o consumo de bens e serviços com informações e aconselhamento sobre o enriquecimento e o ‘empoderamento’ da nova velhice (Featherstone, Hepworth, 1995). Featherstone e Hepworth (p.33) chamam a atenção para a ambigüidade subjacente aos interesses econômicos e às estratégias de *marketing* que tomam como alvo os sujeitos da terceira idade:

Ainda que, em certo sentido, a lógica do *soft sell* explore as esperanças e aspirações das pessoas mais velhas – particularmente, o ‘sonho’ de uma aposentadoria idílica, que é um legado persistente de nosso passado vitoriano, ao mesmo tempo, essas imagens comercializadas promovem uma perspectiva anti-envelhecimento, colaborando com a causa da terceira idade em um mundo que se torna velho.

O entrelaçamento desses diversos fatores, especialmente a especialização dos agentes de gestão envolvidos na organização das aposentadorias, o discurso engajado da gerontologia social e os interesses e as características da cultura do consumo parecem ter contribuído de forma decisiva para o aparecimento da noção de terceira idade.

Considerações finais

Ao elaborar o percurso histórico das noções de velhice e de terceira idade, privilegiei certos fatores em minha análise, especialmente aqueles oriundos dos campos da sociologia e da antropologia. Desse modo construí uma perspectiva de análise, reconhecidamente parcial, inclinada a compreendê-las como formações discursivas que participam do imaginário social, abordagem que considero ser adequada para fértil debate. A partir daí, observei como a formação dessas categorias etárias resulta de diversas transformações na vida coletiva, cuja confluência culmina no surgimento de experiências, hábitos e imagens antes inexistentes.

Para que uma categoria etária desse tipo se estabeleça como recurso efetivo para a formação das identidades pessoais, também é necessário que adquira legitimidade, se solidifique e dissemine no imaginário cultural, de modo a tornar-se referência para um grande número de sujeitos. São esses processos pelos quais parecem ter passado as categorias em análise: a velhice, por volta da virada do século XX; e a terceira idade, nas últimas décadas do mesmo século.

Tendo analisado o surgimento histórico das noções de velhice e de terceira idade, pode-se questionar a relação entre as referidas identidades: a terceira idade teria substituído por completo a identidade da velhice, ou ambas coexistiriam no imaginário cultural contemporâneo? A terceira idade pode efetivamente ser entendida como uma nova identidade, ou trata-se de uma reformulação da antiga identidade da velhice? Seriam duas vias possíveis e simultâneas do envelhecimento na contemporaneidade, ou identidades que se sucedem temporalmente, relativas a períodos diferentes da vida – a terceira idade ao da atividade e da produtividade e a velhice ao do descanso e do declínio físico?

No que se refere à diferenciação entre as duas noções e identidades, penso ser possível mostrá-la com relativa clareza. As características de cada identidade etária e o percurso que ambas percorreram até firmarem-se no imaginário cultural demonstram sua independência. São termos cuja formação é bastante específica e diferenciada, estando associados a momentos históricos, saberes médicos e sociais, movimentos políticos e interesses também distintos. No entanto podemos ainda nos perguntar se são efetivamente utilizados pelos sujeitos para fazer referência a vivências diferentes, ou se, no cotidiano, se misturam e entrelaçam de forma inesperada.

Acerca da relação estabelecida no imaginário cultural entre as identidades da velhice e da terceira idade, considero haver poucos elementos que nos permitam defini-la com precisão e, desse modo, responder às perguntas que aqui formulo. Apenas uma observação não pode estar ausente de futuros debates: se a ascensão das imagens positivas que compõem a terceira idade produzirem, como consequência de sua extrema valorização, a exclusão da possibilidade de vivenciar o envelhecimento por meio da quietude, do descanso e da inatividade – características mais próximas da descrição da velhice –, certamente perderemos diversidade no que se refere aos modos de vida e aos caminhos de satisfação dos sujeitos. Nesse sentido,

ainda que não seja possível afirmar com exatidão o destino da velhice na contemporaneidade, aposto na coexistência entre as referidas identidades etárias no imaginário cultural, de modo a ampliar tanto as descrições quanto as possibilidades de experiência satisfatória dos sujeitos.

NOTAS

¹ Para uma descrição mais detalhada dessa linha de análise ver, por exemplo, o texto de Debert (1998), “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”.

² Debert (1999) adota uma perspectiva diversa acerca do surgimento da geriatria e da gerontologia. A autora supõe que a geriatria surge no interior da gerontologia, adquire gradualmente legitimidade e destaca-se como disciplina especializada apenas a partir dos anos 60. No entanto considero a articulação, feita por Katz (1995), entre geriatria, medicina moderna e ‘discurso sobre a senescência’ suficientemente clara para identificar o início do século XX como o período de surgimento da geriatria, de sua independência como disciplina e mesmo de sua ascendência sobre a formação da gerontologia.

³ Sobre a dinâmica dos diferentes atores do processo de formação das instituições de aposentadoria, ver Lenoir, mars-avr. 1979.

⁴ Traduzido por mim do original em inglês.

⁵ Peixoto (1998) destaca que, no caso da França, a responsabilidade do Estado no cuidado à velhice foi parte do processo de organização pós-revolução, no qual o Estado assumiu diversas funções que até então cabiam apenas ao grupo familiar.

⁶ Na França, a primeira universidade destinada à terceira idade foi inaugurada em Toulouse, em 1973. Em 1979, data de publicação do referido estudo, contabilizavam-se mais de trinta universidades desse tipo. Segundo Lenoir (mars-avr. 1979), as universidades para a terceira idade propõem a combinação entre atividades acadêmicas e atividades de lazer e convivência, situando-se de forma ambígua entre a ‘formação’ e o ‘entretenimento’.

⁷ Laslett (1991) acredita que o termo *troisième âge* já tenha adquirido conotação pejorativa no cenário francês, substituindo diretamente o termo ‘velho’ e assumindo as antigas imagens depreciativas que a ele estavam atreladas. Segundo o autor, esse seria o futuro mais provável do termo *third age*. No entanto não encontrei tal suposição no trabalho de outros autores.

⁸ Featherstone e Hepworth (1995) preferem utilizar o termo ‘envelhecimento positivo’ para se referirem às imagens positivas da velhice surgidas no Reino Unido por volta da década de 1960. Não faço distinção entre envelhecimento positivo e terceira idade, visto que a identidade desta é exatamente constituída por tais imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe
História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar. 1978

BLAIKIE, Andrew
Ageing and popular culture. Cambridge: Cambridge University Press. 1999

DEBERT, Guita
A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp. 1999

DEBERT, Guita
A antropologia e o estudo dos grupos e das

categorias de idade. In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV. p.49-69. 1998

FOUCAULT, Michel
O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1998

FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike
Images of positive aging: a case study of Retirement Choice magazine. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). *Images of aging: cultural representations of later life*. London: Routledge. p.29-48. 1995

- GROISMAN, Daniel
Velhice e história: perspectivas teóricas.
Cadernos do IPUB, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.46-53. 1999
- HAREVEN, Tamara
Changing images of aging and the social construction of the life course. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). *Images of aging: cultural representations of later life*. London: Routledge. p.119-135. 1995
- KATZ, Steven
Disciplining old age: the formation of gerontological knowledge. Charlottesville: University Press of Virginia. 1996
- KATZ, Steven
Imagining the life-span: from premodern miracles to postmodern fantasies. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). *Images of aging: cultural representations of later life*. London: Routledge. p.61-79. 1995
- LASLETT, Peter
A fresh map of life: the emergence of the third age. Cambridge: Harvard University Press. 1991
- LENOIR, Remi
L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.26-27, p.57-83. mars-avr. 1979
- PEIXOTO, Clarice
Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade... In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV. p.69-84. 1998